



O intelectual como ator: Tocqueville, Gramsci e a modernização brasileira

Fernando Perlatto¹

Resumo: O objetivo deste artigo é discutir o papel dos intelectuais nas obras de Tocqueville e Gramsci. Para Tocqueville, a posição de destaque dos intelectuais na França teria conduzido a um processo revolucionário, enquanto que para Gramsci a posição de destaque desempenhada pelos intelectuais no contexto italiano teria conduzido a um processo de modernização conservadora. Além disso, dialogando com estes autores, procuraremos neste artigo analisar o protagonismo dos intelectuais no contexto da modernização brasileira.

Palavras-chave: Gramsci; Tocqueville; intelectuais; revolução; conservação; modernização.

Abstract: The aim of this article is to discuss the role of intellectuals in the works of Tocqueville and Gramsci. For Tocqueville, the central position of intellectuals in France would have led to a revolutionary process, while for Gramsci, the role played by intellectuals in Italia would have led to a conservative modernization. Moreover, dialoguing with these authors, this article will try to investigate the intellectual's central position in the context of Brazilian modernization.

Key words: Gramsci; Tocqueville; intellectuals; revolution; conservation; modernization.

Seja atuando em Academias e Institutos, seja na universidade, em partidos ou inseridos no aparelho de Estado, os intelectuais buscaram se inscrever na esfera pública brasileira, formulando e disputando projetos sobre o futuro da nação. Refletir sobre este processo é pensar sobre a própria formação do Brasil. Não se pode compreender o andamento da modernização brasileira sem que se reflita sobre a posição central desempenhada pela intelectualidade neste processo. Tal qual analisado por Angel Rama em seu estudo sobre a Ibéria americana, no Brasil, a cidade letrada teria concebido como pura especulação a cidade real, projetando-a antes de sua existência.² Mesmo que às vezes ignorando a realidade da matéria sobre a qual se aplicava, os signos teriam tido precedência sobre as coisas. Desta dialética entre o ideal e o real, entre o imaginado e o vivido, entre o pensando e o executado, teriam sido forjados uma série de dilemas e enfrentamentos colocados na realidade concreta da modernização conservadora brasileira.

¹ Doutorando em Sociologia no Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Pesquisador do Centro de Estudos Direito e Sociedade (CEDES/IUPERJ).

² RAMA, Angel, **A cidade das letras**. São Paulo: Brasiliense, 1985.



A interpretação foi aqui historicamente mobilizada como um exercício normativo, não buscando apenas compreender, mas produzir inspiração para modelar a matéria da nossa natureza concebida como caótica e incivil, para que, enfim, pudéssemos nos constituir como Nação. Modelagem como prática a serviço de uma utopia, ainda que repleta de nuances e singularidades, nas suas mais variadas linhagens, seja naquela *ibérica*, que se estende do Visconde de Uruguai a Oliveira Vianna – cujo foco seria a centralização, o primado do público e do Direito Administrativo, o ideal da unidade e da grandeza nacional, o papel do Estado como organizador de uma sociedade naturalmente desarticulada e agente pedagógico no cultivo das virtudes da cidadania – seja na *americana*, como na versão dos liberais, de Tavares Bastos a Roberto Campos – cujas propostas privilegiariam a descentralização, a livre iniciativa e o livre mercado, a abertura das fronteiras econômicas, o ideal do *self-government* para os fins da formação de uma cultura cívica e o culto do indivíduo.³

Diante da constatação daquilo que nos *falta* ou da valorização da nossa *singularidade*, nossa inteligência se moveu na tentativa de impor seus projetos à dura realidade cotidiana, que insistia em não se adequar aos modelos pré-concebidos. Há de se ressaltar, contudo, que o contexto brasileiro, no qual o pensamento busca se realizar no mundo através de sua intervenção, não foi único nos processos de transição ao moderno. Alguns casos paradigmáticos, como o *francês* e o *italiano*, ainda que apresentando andamentos diferenciados, lograram conferir à *intelligentsia* a mesma centralidade, tal qual observada aqui no Brasil. Dois dos principais analistas destes processos, Alexis de Tocqueville e Antonio Gramsci, destacaram em suas obras este protagonismo dos intelectuais, que, no caso italiano, como buscaremos analisar, teria garantido o andamento *conservador* à modernização, e no caso francês, teria assegurado uma passagem ao moderno *traumática*, posto que revolucionária, jogando por terra as conquistas que já vinham sendo asseguradas no andamento gradual da modernização francesa.⁴

³ BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

⁴ Conquanto o conceito “intelectual” só tenha aparecido após o famoso Caso Dreyfus, ocorrido na França, no final do século XIX, sendo utilizado para designar de forma pejorativa aqueles que, sob a liderança de Émile Zola, colocaram-se em defesa do capitão Alfred Dreyfus, acusado injustamente de traição ao exército francês por ter cedido documentos militares à Embaixada da Alemanha; valer-me-ei dele no decorrer do artigo, ainda que Tocqueville, por razões óbvias, não utilize o termo “intelectual” com este propósito. Valer-me-ei deste termo para a análise da obra de Tocqueville, utilizando, para tanto, da percepção corrente do termo “intelectual”, conferido àqueles dedicados à reflexão, ainda que Gramsci assuma uma concepção diferenciada deste conceito, conforme procurarei discutir no decorrer do presente texto. Para uma melhor discussão sobre o



Entender, portanto, o protagonismo desempenhado pelos intelectuais nestes contextos, que testemunharam processos de transição ao moderno diferenciados – um privilegiando a *conservação*, ainda que com mudanças, o outro enfatizando a *ruptura* – auxilia-nos a jogar luz sobre o andamento da modernização brasileira. Brasil, França e Itália, cada qual com as suas singularidades e particularidades, mas todos presenciando o protagonismo dos intelectuais, produzindo a reflexão necessária para assegurar esta difícil passagem ao moderno. Dessa forma, utilizar, a partir de um estudo comparativo, as reflexões de Tocqueville e Gramsci, dois autores que vivenciaram os processos de transformação em suas respectivas sociedades e diagnosticaram a centralidade da *intelligentsia* nos mesmos, parece-nos ser uma chave interessante de interpretação, inclusive para que compreendamos melhor o papel desempenhado pela intelectualidade no contexto da modernização brasileira.

Para tanto, procuraremos, no decorrer deste artigo, tecer aproximações entre Tocqueville e Gramsci, tomando como pano de fundo a discussão que ambos travaram sobre os intelectuais, bem como acerca das conseqüências do protagonismo por eles assumidos nos processos de modernização francês e italiano. Após a análise destes diagnósticos, nos debruçaremos sobre o papel reservado aos intelectuais em suas propostas de transformação de suas respectivas sociedades, destacando o fato de que ambos tomam o paradigma *americano* como exemplar de uma *possibilidade* de transição ao moderno, alternativa àquela verificada na França e na Itália. Por fim, à guisa de conclusão, dialogando com as reflexões de Tocqueville e Gramsci, discutiremos, ainda que brevemente, acerca do papel da *intelligentsia* no Brasil, apontando para a configuração de uma *tradição de inscrição pública* dos intelectuais no processo da modernização brasileira.

Tocqueville e os intelectuais

Ainda que não se constitua como o elemento central de sua análise, a questão dos intelectuais está presente em diversos capítulos de *A democracia na América*, de Tocqueville. Assim como ocorrerá mais tarde em *O Antigo Regime e a Revolução*, a aproximação dos intelectuais se dá pela análise do funcionamento do Estado e sob uma perspectiva crítica desempenhada pelo protagonismo dos intelectuais franceses, em contraste



com o mundo americano. Sem dedicar especial atenção para as idéias políticas abstratas e sem possuir uma larga classe de intelectuais, a América havia conseguido obter sucesso na conciliação da democracia com a liberdade, algo que não ocorrera na França. Ao contrário da Europa, onde a filosofia política ocupava papel de destaque, nos Estados Unidos determinadas instituições haviam contribuído para reduzir a importância das ideias gerais.⁵

A América tivera, de acordo com Tocqueville, apenas poucos escritores notáveis e não possuía grandes historiadores e poetas. A literatura era encarada como uma espécie de desfavor, havendo cidades de terceira ordem na Europa que publicavam anualmente mais obras literárias do que os vinte e quatro estados da União em conjunto. Segundo Tocqueville, “o espírito americano foge às idéias gerais” e, apesar do pouco número de sábios, a América possui o conhecimento espalhado por toda sociedade.⁶ Os verdadeiros conhecimentos na América, nascem segundo o autor, “principalmente da experiência”, dando ao povo americano a capacidade de “governar-se por si mesmos”. É participando da legislação que o americano aprende a conhecer as leis; é governando que se instrui nas formas de governo.⁷ Ao contrário da França, onde poucos detinham ou pensavam deter o saber universal, na América, o conhecimento estava por toda parte, posto que pautado no interesse e na experiência, dotando todos os cidadãos de capacidades iguais de governarem a si mesmos, a partir de suas próprias opiniões. Cada americano só apelaria para o esforço da sua razão, na medida em que a influência da inteligência de um cidadão sobre outro é restrita, visto que “são todos mais ou menos iguais”. A igualdade desenvolve em cada um o desdém pela tradição e o desejo de julgar tudo por si mesmo.⁸

Conquanto apareça, ainda que de maneira discreta, em *A democracia na América*, uma sociologia dos intelectuais, só se esboçará de maneira mais evidente no Capítulo I, do Livro Terceiro, de *O Antigo Regime e a Revolução*. Assim como em Gramsci, esta sociologia não será despreendida da análise do Estado. Em Tocqueville, contudo, ela se refere ao Estado francês anterior e posterior à Revolução Francesa. O papel desempenhado pelos intelectuais neste episódio revolucionário emerge como um dos “fatos particulares e mais

⁵ CEASER, James. “Alexis de Tocqueville on Political Science, Political Culture, and the Role of the Intellectual”. In: *The American Political Science Review*, v.79, n.3, pp.656-672, 1985.

⁶ TOCQUEVILLE, A. de. *A Democracia na América*. Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. USP, 1977, pp.233.

⁷ Idem, pp.234.

⁸ Idem, pp.327-330.



recentes que acabaram de determinar sua localização, seu nascimento e seu caráter”.⁹ Em artigo denominado “Como em meados do século XVIII, os homens de letras tornaram-se os principais homens políticos do país e dos efeitos que disto resultaram”, Tocqueville busca demonstrar como o protagonismo dos intelectuais franceses antes e durante o processo revolucionário, com suas idéias abstratas e gerais, constituiu-se como um dos fatores decisivos para a centralização estatal e para o extermínio dos resquícios da liberdade política. “Essa circunstância tão nova na história de toda educação política de um grande povo ser inteiramente realizada por escritores foi que talvez mais contribuiu para dar à Revolução Francesa seu gênio próprio e gerar o que estamos vendo”.¹⁰

Esta crítica de Tocqueville à abstração dos intelectuais franceses já estava presente em outros autores, como Edmund Burke e Hegel. Em suas *Reflexões sobre a Revolução em França*, Burke criticava as idéias abstratas e o caráter especulativo do pensamento racionalista, enxergando seu universalismo como uma perigosa doutrina para a estabilidade política. Somente através do retorno às tradições seria possível salvar o mundo da ambição destes filósofos e de sua “bárbara filosofia”.¹¹ Para Hegel, a Revolução Francesa ilustraria o erro de Rousseau ao ter reduzido a associação dos indivíduos no Estado a um contrato e, por conseguinte, a algo baseado apenas nas vontades arbitrárias. Deste equívoco, só poderiam resultar *abstrações*. Estas abstrações, ao chegarem ao poder, teriam produzido pela primeira vez na história da humanidade o espetáculo arrebatador da criação de um grande Estado e sua completa destruição *ab initio*, baseando-se apenas no *pensamento puro*. Apesar da retórica racional, os fundadores deste novo Estado utilizaram apenas abstrações, levando a Revolução a desembocar no Terror sem limites.¹²

A obra de Rousseau, para Hegel, teria buscado construir o Estado tendo como base exclusiva o *pensamento*, imprimindo, pela primeira vez na história, um *caráter rigorosamente filosófico* a um acontecimento histórico. A Revolução Francesa, inspirada pelos escritos de Rousseau, promoveram a *vontade geral* como uma forma puramente externa, limitadora das liberdades individuais, conduzindo a Revolução Francesa ao

⁹ TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982, pp.143.

¹⁰ Idem, pp.147.

¹¹ BURKE, Edmund, **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

¹² HEGEL, G.W.F, **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martins Fontes, 1976.



despotismo da liberdade e ao Terror, e desembocando, portanto, em um resultado exatamente contrário ao de sua intenção. Manifestando o trabalho do Espírito na história, a Revolução Francesa teria constituído a afirmação da consciência de si como vontade livre, extensível ao universal, transparente perante si. A tensão orientada para a vontade absoluta teria o Terror como sua manifestação por excelência. Conforme destaca François Furet, “Hegel vê em 1789 a manifestação e uma antropologia do Iluminismo, segundo a qual a utilidade social fundamenta a verdade”.¹³ Será a ambição fundamental da Revolução, ancorada na *liberdade absoluta* da consciência e na sua realização imediata no mundo, que transformará a Revolução Francesa, “episódio inevitavelmente provisório”, no Terror, avatar derradeiro da liberdade absoluta.¹⁴

Tocqueville avança neste argumento, apontando para o protagonismo desempenhado pelos filósofos franceses como causa fundamental para o desencadeamento da Revolução. Segundo o autor, a França era de há muito, entre todas as nações da Europa, a mais literária, embora nunca seus escritores tivessem demonstrado o espírito que revelaram em meados do século XVIII, nem ocupado a posição de destaque que ocuparam naquele momento. Tocqueville estabelece uma sociologia comparativa com a Inglaterra e com a Alemanha, destacando que, ao contrário dos escritores franceses, os ingleses estavam envolvidos diariamente com os negócios públicos. Na Inglaterra, aqueles que escreviam sobre o governo e aqueles que governavam misturavam-se, “uns introduzindo idéias novas na prática e outros corrigindo e circunscrevendo as teorias com a ajuda dos fatos”.¹⁵ Na Alemanha, os escritores tinham postura oposta aos dos ingleses, na medida em que eram completamente alheios à política e permaneciam “entrincheirados” no domínio da filosofia

¹³ FURET, François. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1989, pp.78.

¹⁴ Muitas das críticas ao caráter político centralizador da Revolução Francesa serão retomadas por um segmento importante da historiografia na década de 1980, com destaque para os artigos publicados por François Furet. De acordo com este autor, a Revolução Francesa, vivendo da ilusão de uma ruptura com o passado, teria desembocado em um desvio despótico, fruto da abstração democrática de suas lideranças. A libertação da autoridade tradicional do Antigo Regime teria implicado, dessa forma, no deslocamento e na ampliação desta autoridade sob a forma de um Estado investido da soberania do povo e perigosamente exaltado. O debate sobre o caráter da Revolução Francesa ganhou novos contornos por ocasião do bicentenário da tomada da Bastilha. Neste contexto, convém destacar a importância obra *Ecos da Marselhesa*, de Eric Hobsbawm, no sentido de responder às críticas da “historiografia revisionista” e retomar a interpretação acerca da importância e das consequências da Revolução Francesa enquanto uma revolução burguesa essencial para a promoção de transformações significativas no decorrer dos séculos XIX e XX. Sobre este debate, ver: FURET, François. **A Revolução em debate**. Bauru, SP: Edusc, 2001 e HOBBSAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

¹⁵ TOCQUEVILLE, A. de. **O Antigo Regime e a Revolução**. *Op. Cit.* pp.147.



pura e das belas-letas, sem opinarem a respeito de assuntos dos quais não possuíam experiência e conhecimento prático.¹⁶

Os escritores franceses, pelo contrário, embora não ocupassem nenhuma função pública, não deixavam de opinar sobre a política, discorrendo todos os dias sobre “a origem das sociedades e suas formas primitivas, sobre os direitos primordiais dos cidadãos e das autoridades, sobre as relações naturais e artificiais dos homens, sobre os erros e a legitimidade dos costumes e sobre os próprios princípios das leis”.¹⁷ Nenhum deles, contudo, se dedicava a um estudo mais aprofundado destes assuntos, “e maioria até só os tocava de leve e como brincando”. Apesar das diferenças existentes entre estes *philosophes*, todos possuíam uma “fonte comum”: “pensam todos que convém substituir regras simples e elementares extraídas da Razão e da lei natural aos costumes complicados e tradicionais que regem a sociedade de seu tempo”.¹⁸

Esta espécie de “política abstrata e literária” ganhava força e se espalhava por todas as obras da época, “desde o tratado sisudo até a canção”. As idéias dos filósofos franceses – caracterizadas pela atração em relação às teorias gerais, pelos sistemas completos de legislação, pela simetria exata das leis, pelo desprezo para com os fatos existentes, pela confiança exacerbada na teoria, pelo gosto diante do original, pelo engenhoso e pelo novo nas instituições – haviam se espalhado e ganhado força por toda a França. Tocqueville impressiona-se com o fato de praticamente todos os cidadãos franceses terem se apaixonado por esta política literária, ancorada nas idéias gerais e abstratas, distantes, portanto, da realidade concreta e da experiência.

Não houve um contribuinte lesado pela desigual repartição das talhas que não se animasse com as idéias de que todos os homens devem ser iguais; não houve um pequeno proprietário devastado pelos coelhos do gentil-homem seu vizinho que não gostasse de ouvir dizer que a Razão condenava indistintamente todos os privilégios.¹⁹

Desgostosos com tudo o que se relacionava à tradição, os filósofos franceses haviam desejado *refazer* a sociedade de seu tempo conforme um plano inteiramente novo, esboçado à única luz da Razão. “Espetáculo assustador” para Tocqueville, posto que “o que é uma

¹⁶ Idem, p.143.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Idem.

¹⁹ Idem, pp.45.



qualidade no escritor pode ser um vício no estadista e as mesmas coisas que fizeram belos livros podem levar a transformações inesperadas”.²⁰ Afastados da prática, nenhuma experiência moldava as “paixões instintivas” destes escritores, preparando-os para a apreciação das teorias gerais e abstratas.²¹ Acima da sociedade francesa e distantes dos negócios públicos, ia-se constituindo, aos poucos, “uma sociedade imaginária, na qual tudo parecia simples e coordenado, uniforme, equitativo e conforme a Razão”.²² Estas ideias conseguiram alcançar a multidão que, desinteressada da realidade e dos fatos concretos, passou a viver “pelo espírito da cidade ideal edificada pelos escritores”.²³

Tocqueville se questiona sobre o fato das ideias “abstratas e gerais” trazidas pelos fisiocratas terem conseguido se fixar na sociedade francesa de então, causando grande impacto e aceitação sobre diversos setores sociedade, êxito que não havia logrado até aquele momento. O autor busca compreender de que forma aqueles homens de letras que até então não desfrutavam de grande prestígio, haviam se transformado nos principais homens políticos de seu tempo:

Por que foi que, em vez de parar como no passado na cabeça de alguns filósofos, desceu até a multidão tomando a consistência e o calor da paixão política a ponto de teorias abstratas e gerais sobre a natureza das sociedades chegarem a tornar-se assunto cotidiano dos ociosos e até inflamar a imaginação das mulheres e dos camponeses? Como foi que os homens das letras que não tinham nem posição, nem honrarias, nem riqueza, nem responsabilidade, nem poder, tornaram-se, de fato, os principais homens políticos de seu tempo e até os únicos, já que enquanto outros exerciam o governo, só eles eram os detentores da autoridade?²⁴

Segundo Tocqueville, estes filósofos adoravam mais suas próprias razões do que as razões humanas, na medida em que, apesar da retórica inflamada, desconfiavam da sabedoria comum e desprezavam as opiniões da multidão. Novamente neste ponto, Tocqueville estabelece uma análise comparativa, ao evidenciar que ao contrário dos franceses, os escritores ingleses e alemães sempre demonstraram enorme respeito para com os sentimentos da maioria dos seus concidadãos. Neles, a Razão mostrava-se “orgulhosa e segura, mas nunca insolente”. Este tipo de postura havia conduzido os cidadãos comuns da

²⁰ Idem, pp.147-148.

²¹ Idem, pp.144.

²² Idem, pp.147.

²³ Idem.

²⁴ Idem, pp.144.



Inglaterra e da Alemanha à liberdade, ao passo que a conduta dos filósofos franceses teria levado seus concidadãos à servidão.²⁵

Tocqueville busca evidenciar o protagonismo político ostentado pelos filósofos franceses, com suas idéias gerais e abstratas, como uma das causas centrais para a perda dos rumos da Revolução Francesa. Eles teriam assumido na França, naquele momento, uma posição de destaque, até então não conhecida e desfrutada. Cada paixão pública teria se fantasiado em filosofia e os escritores, ao rechaçarem “violentamente” a vida política através de sua literatura, tomaram em suas mãos a direção da opinião, preenchendo, num dado momento, o lugar geralmente ocupado pelos dirigentes de partidos nos países livres.²⁶ Uma sociedade dirigida pela ideologia – e por filósofos, conseqüentemente – não poderia, de acordo com Tocqueville, desembocar em um regime livre.²⁷ Conforme destaca Marcelo Jamin, Tocqueville recusa o otimismo das Luzes acerca da capacidade voluntariosa da Razão, “afirmando a necessidade de operar politicamente *dentro* das linhas de desenvolvimento da história”.²⁸

O lugar outrora ocupado pela nobreza francesa nos espíritos estava vazio e fora preenchido pelos escritores. Nesse sentido, a aristocracia tinha grande responsabilidade, na medida em que não havia se atentado para os perigos representados pelas ideias trazidas por estes filósofos. Ao preencherem seu tempo “gozando calmamente de suas imunidades e privilégios”, dissertando com serenidade “sobre o absurdo dos costumes estabelecidos”, não haviam percebido que as teorias gerais, uma vez admitidas, acabam inevitavelmente se transformando em paixões políticas. Esta “estranha cegueira” das classes altas do Antigo Regime havia sido decisiva para sua própria ruína (T, 1982: 145). Filha da volição e da filosofia política esperava-se que a passagem francesa ao moderno resultasse em uma sociedade na qual as virtudes públicas consistissem em um padrão universal de conduta; mas, ao contrário disso, importaram perversamente no fortalecimento da tendência à centralização, confirmando uma obra que vinha do Antigo Regime.²⁹

²⁵ Idem, pp.209.

²⁶ Idem, pp.145.

²⁷ CEASER, James. *Op. Cit.*

²⁸ JASMIN, Marcelo, **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência política**. 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, IUPERJ, 2005, pp.148.

²⁹ WERNECK VIANNA, Luiz. (2004), “O problema do americanismo em Tocqueville”. In: _____. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.



Gramsci e os intelectuais

Embora já presente em suas reflexões desde a juventude, será somente nos *Cadernos do Cárcere* que Gramsci dedicará maior atenção à compreensão da temática dos intelectuais. Embora em *A Questão Meridional*, de 1926, Gramsci já realize uma aproximação deste objeto, sua análise ainda é trabalhada sob as sombras do paradigma russo de transição ao socialismo, predominante, sobretudo, nas *Teses de Lyon*, também de 1926. Nos *Cadernos*, contudo, a abordagem dos intelectuais rompe com este paradigma e, operada sob uma chave original, passa a ser concebida como uma *questão estratégica*, transcendendo a morfologia deste estrato, para se instalar no centro de sua explicação política.³⁰

Conforme destaca Christine Buci-Glucksmann, a análise dos intelectuais permite a Gramsci “atingir o Centauro maquiavélico das duas cabeças: a força e o consenso, ou seja, o Estado”.³¹ O conceito de “sociedade civil” e a idéia de “hegemonia” permitem a Gramsci renovar a teoria marxista do Estado, sobretudo ao apontar para as diferenças de estratégias a serem adotadas pelos países “Ocidentais” e “Orientais”³² na luta pelo socialismo. Será justamente a partir da idéia gramsciana do “Estado ampliado”, contida nos *Cadernos*, que a questão dos intelectuais se tornará *estratégica*. O reconhecimento da socialização da política, devido à formação de sujeitos coletivos de massa, típico dos países “ocidentais”, permitirá a Gramsci perceber a complexa existência dos “aparelhos privados de hegemonia”, levando-o a formular uma estratégia diferenciada na luta pelo socialismo, não mais calcada no paradigma russo do ataque frontal às instituições (“guerra de movimento” ou de “manobra”), mas ancorada em disputas a serem travadas no âmbito da sociedade civil, visando a conquista de posições e espaços (“guerra de posição”), da *direção político-ideológica* e do *consenso* dos setores majoritários da população, como condição prévia para

³⁰ WERNECK VIANNA, Luiz. “O ator e os fatos: a revolução passiva e americanismo em Gramsci”. In: _____. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

³¹ BUCI-GLUCKSMANN, Christine. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp.57.

³² O termo “Ocidental” não é, para Gramsci, um fato puramente geográfico, mas, sobretudo, um fato histórico. “No Oriente, o Estado era tudo e a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, entre Estado e sociedade civil havia uma relação equilibrada: a um abalo do Estado, imediatamente se percebia uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual estava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional”. GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, pp.262.



a conquista do Estado e para sua posterior conservação.³³ Neste processo de “reforma intelectual e moral” e de formação de uma vontade coletiva, obviamente os intelectuais teriam uma função importante a cumprir.

A análise da modernização do Estado italiano permitirá a Gramsci perceber a centralidade desempenhada pelos intelectuais neste processo. Já em *A Questão Meridional*, de 1926, Gramsci apontava para o fato da hegemonia dos latifundiários sobre os camponeses do Sul da Itália manifestar-se através da camada dos intelectuais rurais médios, que dirigidos ideologicamente pelos “grandes intelectuais” – como Benedetto Croce e Giuseppe Fortunato –, acabavam por agregar os camponeses atomizados, subordinando-os aos interesses do bloco histórico industrial-agrário que dominava a Itália na época. Os intelectuais rurais tradicionais, representados pelos notários, padres, funcionários e advogados, submetidos aos “grandes intelectuais”, teriam atuado como o elo entre as massas camponesas e os proprietários de terra, por intermédio do Estado, constituindo na Itália Meridional o “monstruoso bloco agrário” (camponeses + proprietários de terra + intelectuais). Esta formação, segundo Gramsci, teria impedido a organização dos intelectuais democratas do *Mezzogiorno*, fazendo com que o processo de modernização italiano fosse dominado pelas forças conservadoras, na medida em que o “resistente bloco agrário” seria soldado pelos intelectuais, “verdadeira pedra angular do sistema”.³⁴

Nos *Cadernos do Cárcere*, ao refinar sua interpretação sobre o processo de modernização italiano, incluindo em sua discussão o conceito de “revolução passiva”, Gramsci avança em sua análise. A modernização conservadora do Estado italiano durante o *Risorgimento* teria se caracterizado pelo *protagonismo* político-social dos intelectuais, “‘prepostos’ do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político”, que teriam desempenhado papel decisivo, tanto para as funções do consenso, quanto para as de coerção, sobre os grupos que não “consentem”.³⁵ O Estado italiano teria conferido um papel de destaque aos intelectuais vinculados ao mundo agrário, fazendo com que estes agentes centrais da “estatalização” da vida social sob o domínio burguês, assegurassem um *andamento conservador* à modernização italiana. De acordo com Gramsci, não seria possível compreender a vida coletiva dos camponeses, “nem

³³ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – Vol. 3, *Op. Cit.* 2000, pp.24.

³⁴ BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. *Gramsci e o Estado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980, pp.42-43.

³⁵ Idem, pp.21.



dos germes e fermentos de desenvolvimento neles existentes”, se não forem estudadas concretamente a “subordinação efetiva” dos mesmos aos intelectuais: “todo o desenvolvimento orgânico das massas camponesas, até certo ponto, está ligado ao movimento dos intelectuais e dele depende”.³⁶

Gramsci confere papel central aos intelectuais no contexto da modernização italiana, apontando para a “função internacional ou cosmopolita” por eles assumida, “que é a causa e efeito do estado de desagregação em que permaneceu a península, desde a queda do Império Romano até 1870”.³⁷ Pelo fato de serem intelectuais orgânicos da Igreja Católica, ou seja, de uma força não nacional-popular, eles teriam desempenhado papel decisivo para que a unificação nacional italiana ocorresse tardiamente. Afastados do povo-nação, os intelectuais não teriam sido capazes de dar expressão coerente à consciência da classe burguesa e de torná-la elemento hegemônico na ação de um bloco histórico anticósmopolita, tal qual ocorrera em outros contextos de unificação. Na Itália, o termo “nacional” não coincidiria com o “popular”, mas sim com uma tradição “livresca”, fazendo com que lá os intelectuais estivessem afastados do “povo”, isto é, da “nação”, estando vinculados, pelo contrário, a uma “tradição de casta”, que jamais foi quebrada por um “forte movimento político popular ou nacional vindo de baixo”.³⁸

O mundo que requer os intelectuais, estes “funcionários” das supra-estruturas, é para Gramsci, um *mundo conservador* e a Itália do *Risorgimento* o é pelo papel protagonista por eles desempenhado, que teriam, neste contexto, assumido a posição de dirigentes. Suas concepções de Estado “puro”, “como um absoluto racional”, oriundas do idealismo filosófico, teriam sido decisivas para a materialização do Estado italiano, cuja passagem para o moderno teria se dado com a prevalência do movimento das supra-estruturas sobre aquelas das estruturas. Fechados em seu universalismo abstrato, os intelectuais tradicionais consideravam-se independentes, acima das demais classes e das vicissitudes do mundo, cultivando um saber livresco e distante da realidade social. Desta forma, eles teriam se

³⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Vol. 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, pp.23.

³⁷ Idem, pp.26.

³⁸ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere. Vol. 6. Literatura. Folclore. Gramática*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.



assumido como a classe universal sobreposta e representante das demais classes sociais e se consagrariam ao governo, tendo no universal o fim essencial do seu desempenho.³⁹

Gramsci rompe, portanto, com um tipo de concepção dominante que tendia a ver os intelectuais como um estrato independente da sociedade, autônomo frente às demais classes sociais. Em sua polêmica com Julien Benda⁴⁰, ele apresenta os intelectuais diretamente envolvidos nas relações sociais concretas, pertencentes e representantes de uma classe social. Durante o *Risorgimento*, os intelectuais tradicionais italianos, ancorados em sua pretensa universalidade, bem como em um pensamento abstrato alheio à realidade concreta, teriam desempenhado papel determinante para o *andamento conservador* do processo de revolução passiva italiano.

Nova “vida estatal” a “partir de baixo” e o papel dos intelectuais

Além da visão negativa diante do protagonismo dos intelectuais em diferentes contextos, Tocqueville e Gramsci aproximam-se na valorização da construção de uma nova sociedade que não tivesse como marca o domínio do *pensamento* sobre a *ação*. Na França, segundo Tocqueville, este domínio teria conduzido a uma transição *traumática* ao moderno devido ao protagonismo dos filósofos iluministas e a crença *tout a court* na Razão. Já para Gramsci, o processo de “revolução passiva”, caracterizado pelo predomínio das supra-estruturas sobre as estruturas, teria assegurado à Itália uma passagem *conservadora* ao moderno. Em ambos, guardadas as singularidades, a crítica à abstração dos intelectuais, distantes da realidade concreta em seus diferentes contextos.

Se o diagnóstico é semelhante, a proposta de mudança, ressalvadas as diferenças, tomam a *América* como uma alternativa de transição ao moderno. Nas duas obras, podemos entrever a *possibilidade* da construção de uma nova “vida estatal” que emergisse de baixo, do próprio tecido da sociabilidade, tal qual ocorrera no caso americano, conferindo aos

³⁹ WERNECK VIANNA, Luiz. “O ator e os fatos”. *Op.Cit.*

⁴⁰ Julien Benda foi o autor da influente obra “A Traição dos Intelectuais”, de 1927, na qual acusa os intelectuais de terem traído sua função de defender os “valores eternos e desinteressados, como a justiça e a razão”, em proveito de interesses práticos. Os intelectuais deveriam se comprometer, segundo Benda, com valores universais, acima, portanto, dos interesses manifestados por grupos ou classes na sociedade. Ver: BENDA, Julien. **A Traição dos Intelectuais**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.



intelectuais um papel diferenciado àqueles assumidos por eles nas respectivas passagens ao moderno na França e na Itália.

Tocqueville toma como paradigma a América, na medida em que ela se constituiria como *locus* de solução diferenciada do dilema do moderno, posto que resolvido no campo do *infra-estrutural – do interesse*. Ao contrário da França, onde o interesse manifestava-se a partir da intervenção da política como algo *externo a si*, na América, nascida sob o estado social da igualdade, o interesse manifestar-se-ia de maneira *natural* como “*bem compreendido*”, associado ao útil e ao honesto, internalizando o Estado em cada cidadão e dissolvendo a clássica oposição entre o público e o privado.⁴¹ Assim como Gramsci percebera em sua análise sobre o *americanismo*, Tocqueville, ao tomar a América como um caso de quase dissolução das fronteiras que separam o público do privado, concebe a supra-estrutura não como oposta à sociedade civil, mas como derivação espontânea dela através da doutrina do interesse bem-compreendido.

Ao contrário do que ocorrera na França, onde as supra-estruturas buscaram impor um programa às estruturas através do protagonismo exercido pelos intelectuais, na América, *a teoria filosófica do interesse bem-compreendido nasce da sociedade*. Neste outro contexto, de subordinação das supra-estruturas à sociedade civil, altera-se o papel desempenhado pelos intelectuais, posto que a opinião não mais advém “de cima”, mas “de baixo”, como um reflexo dos sentimentos democráticos e dos interesses concretos, já que constituídos pela experiência adquirida pelos cidadãos na prática do auto-governo (*self-government*). Para François Furet, um dos aspectos centrais ressaltados por Tocqueville em *A Democracia na América*, que tornariam a solução americana diferenciada, seria justamente o fato de lá o conhecimento não ter sido monopolizado por poucos, mas ter se democratizado, espalhando-se por toda a sociedade e por todos os cidadãos.⁴²

James Ceaser destaca em seu estudo sobre Tocqueville, alguns exemplos nos quais o autor de *A Democracia na América* aponta para os limites impostos à influência dos intelectuais na América.⁴³ Um destes casos é a *imprensa*. Ao contrário da imprensa francesa, cuja “parte vital de um jornal é aquela onde se acham as discussões políticas”, na América

⁴¹ WERNECK VIANNA, Luiz. (2004), “O problema do americanismo em Tocqueville”. *Op.Cit.* pp.135-136.

⁴² FURET, François, “Le système conceptuel de *De la démocratie en Amérique*”. In: _____, *L'Atelier de l'Histoire*. Paris: Flammarion, 1982.

⁴³ CEASER, James. *Op.Cit.*



estes debates acalorados aparecem em cantos ignorados dos jornais, desaparecidos em meio à profusão de anúncios comerciais. Enquanto na França existiam poucos órgãos de imprensa, já que centralizados em poucas mãos, na América não se concentravam em poucas pessoas nem os negócios públicos e nem o pensamento. “As luzes, como o poder, acham-se disseminados em todas as partes daquela vasta região; *os raios da inteligência humana, em lugar de partir de um centro comum, crescem, pois, em todos os sentidos*”.⁴⁴ Diferentemente da França, onde a imprensa desempenhava grande influência, na América, devido ao grande número de jornais, esta influência era reduzida: “é um axioma da ciência política nos Estados Unidos, que o único meio de neutralizar os efeitos dos jornais é multiplicar-lhes o número”.⁴⁵ Conforme destaca Tocqueville:

Que aqueles que desejam fazer revoluções com auxílio da imprensa procuram não lhe dar senão poucos órgãos poderosos eu compreendo sem dificuldade; mas, que os partidários oficiais da ordem estabelecida e os sustentáculos naturais da ordem existente julguem atenuar a ação da imprensa concentrando-a é coisa que eu não conseguiria absolutamente compreender.⁴⁶

Pelo fato de quase todos os povoados nos Estados Unidos possuírem seus jornais, estes viam-se em dificuldades para estabelecer “grandes correntes de opinião como as que se levantam e transbordam nos diques mais poderosos”.⁴⁷ Enquanto o jornalista francês teria uma posição elevada na sociedade, tendo seu espírito marcado pela discussão violenta e eloqüente a respeito dos “grandes interesses do Estado”, o jornalista na América, tendo “uma posição pouco elevada” não se dedicaria com tal ênfase a estes assuntos. Desta forma, os homens influentes da América “nunca ousam escrever nos jornais”, deixando de lado, dessa forma, “a mais terrível arma que se poderia servir para agitar em seu benefício as paixões populares”.⁴⁸ Apesar dessas objeções, Tocqueville destaca que a imprensa ainda exerceria um poder imenso na América, sobretudo devido à sua liberdade que, impedindo que a constituição da opinião pública fosse imposta por poucos, estimularia sua *formação a partir da própria base da sociedade*.

⁴⁴ TOCQUEVILLE, A. de, *A Democracia na América*. *Op.Cit.* pp.143. Grifo meu.

⁴⁵ Idem.

⁴⁶ Idem, pp.144.

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ Idem.



Também ao discutir sobre o *espírito legal* nos Estados Unidos, Tocqueville busca destacar os limites do poder dos intelectuais e das idéias gerais na América. Os juristas americanos e ingleses, ao contrário dos franceses, sempre teriam demonstrado gosto e respeito pelas tradições e pelas decisões legais dos seus antepassados. Daí se basearem no que já foi feito e não no que se *deveria* fazer. Enquanto os dois primeiros buscavam espelhar-se nas opiniões de outros, os últimos sempre procurariam “introduzir um sistema de idéias que lhe pertence”, dando vazão apenas à sua própria opinião.⁴⁹ Conforme destaca Ceaser ao analisar a obra tocquevilliana, a maneira legal de se pensar americana, com sua raiz nos processos judiciais, teria estimulado um tipo de concepção que daria privilégio à experiência e ao empirismo. Treinados para pensar partindo das ideias particulares para as gerais, os juristas americanos e ingleses teriam desenvolvido um espírito oposto àquele abstrato verificado nos franceses, atuando como um corretivo salutar a certas tendências democráticas.⁵⁰

Embora entusiasta do paradigma democrático americano, Tocqueville não deixa, contudo, de apontar para suas limitações, caso ele não seja submetido a uma direção, que possibilite o aproveitamento de todas as suas potencialidades. Deter o desenvolvimento “gradual e progressivo” da igualdade, consequência direta da democracia, seria impossível, posto que seria “lutar contra o próprio Deus”.⁵¹ Porém, esta marcha inexorável, imposta pela Providência, traz em si vícios, que podem comprometer o processo como um todo, caso ele não seja *educado e reanimado*. Para que a democracia não seja “abandonada aos seus próprios instintos bárbaros”, conhecendo apenas os vícios e misérias, faz-se necessária uma intervenção *externa*, ainda que não deslocada do processo, visando educá-la e corrigi-la. Faz-se necessária uma “nova ciência política” para este “mundo inteiramente novo”.⁵²

Educar a democracia, reanimar, se possível, as suas crenças, purificar seus costumes, regular os seus movimentos, pouco a pouco substituir a sua inexperiência pelo conhecimento dos negócios do Estado, os seus instintos cegos pela consciência dos verdadeiros interesses: adaptar o seu governo às condições de tempo e de lugar, modificá-lo conforme as circunstâncias, e os homens – tal é o primeiro dos deveres impostos hoje em dia àqueles que dirigem a sociedade. Precisamos de uma nova ciência política para um mundo inteiramente novo.⁵³

⁴⁹ Idem, pp.205.

⁵⁰ CEASER, James. *Op. Cit.*

⁵¹ TOCQUEVILLE, A. de, *A Democracia na América. Op.Cit.*pp.14.

⁵² Idem.

⁵³ Idem. Grifo meu.



Neste processo, o intelectual desempenha um papel fundamental, ainda que bem distinto daquele exercido pelos filósofos franceses no contexto da Revolução Francesa. Ele não procura se *impor* ao processo, ditando seus rumos e propondo abstratamente soluções gerais, que visem *refazer* a transformação como um todo. Pelo contrário. Ele se coloca *junto* ao processo, buscando educá-lo, substituindo seus vícios e seus “instintos cegos pela consciência dos verdadeiros interesses”. Cabe ao intelectual político combater as “tendências naturais” da igualdade – que tendem a afastar os indivíduos dos assuntos públicos, impelindo-os para o isolamento e para a alienação cívica do bem-estar da vida privada – persuadindo-os para a participação na esfera dos negócios públicos, visando, desta forma, a preservação da liberdade.

A “nova ciência política” garantiria uma boa passagem ao moderno, na medida em que asseguraria a preservação da liberdade, ao lado da marcha inexorável da igualdade. Através da intervenção da ciência política, a doutrina do interesse bem compreendido poderia ser generalizada para outros países, como a França, educando este processo e conciliando igualdade e liberdade. O intelectual tocquevilliano não desenvolve uma filosofia que repensa a sociedade, mas uma ciência política, ancorada na filosofia do “interesse bem compreendido” (“a mais apropriada às necessidades dos homens do nosso tempo”) e, por conseguinte na própria sociedade, que controle este processo histórico que, entregue à sua própria fortuna, desembocaria no despotismo. Ele procura intervir na direção da promoção das virtudes públicas, já contidas no seio da própria sociedade, estimulando a ação do *ator*, não para *destruir* o passado a partir de ideias gerais e abstratas, mas para que, a partir da análise dos fatos concretos e particulares, possa atuar na promoção do “interesse bem compreendido”.

Escrito em 1934, Gramsci dedica o *Caderno 22* à compreensão do *americanismo* e do *fordismo*, processos estes que haviam garantido à América uma passagem alternativa ao moderno, caracterizada pelo domínio das estruturas sobre as supra-estruturas. Para ele, a América havia desenvolvido um processo de revolução passiva, alternativo por não possuir “grandes tradições históricas e culturais” e não estar sufocada pela “camada de chumbo”



supra-estrutural, típica do contexto europeu.⁵⁴ Nápoles, por exemplo, o coração do *Mezzogiorno* e cidade natal de Croce, onde “quando um cavalo caga, cem pássaros jantam”, seria o exemplo ideal de um contexto sufocado pela “camada de chumbo” e pelo domínio das supra-estruturas sobre as estruturas.⁵⁵ Ao contrário da Europa, onde a hegemonia nascia a partir da supra-estrutura, formulada pelos intelectuais tradicionais, na América “a hegemonia nasce da fábrica e necessita apenas, para ser exercida, de uma quantidade mínima de intermediários profissionais da política e da ideologia”.⁵⁶

Em seus escritos sobre os intelectuais, em 1932, Gramsci já vislumbrara esta diferença. Nos Estados Unidos, ao contrário da Itália e dos demais países de civilização antiga, praticamente não havia uma “vasta intelectuais tradicionais”, na medida em que a formação maciça de todas as supra-estruturas modernas teria tido como base a indústria.⁵⁷ Em seu texto sobre “Americanismo e Fordismo”, Gramsci avança neste argumento, apontando para o fato do fenômeno das “massas”, típico da sociedade “racionalizada”, não ser mais do que um processo no qual “a estrutura domina mais imediatamente as supra-estruturas e estas são ‘racionalizadas’ (simplificadas e reduzidas em número)”.⁵⁸

Neste novo cenário, inverte-se a posição dos intelectuais. Se naquele contexto de predomínio de fortes e complexas supra-estruturas sobre estruturas econômicas fracas, eles exerciam a função de aristocracia do Estado, agora eles devem ser atraídos para o pólo da estrutura e dos novos sujeitos sociais que com ela emergem. Os intelectuais passam a desempenhar um papel fundamental não mais como agentes da conservação, mas como sujeitos da *mudança*, atuando de modo que os interesses da nova eticidade emergente do mundo do trabalho possam aparecer com maior intensidade. Conforme destaca Werneck Vianna:

Para que a ação contra-hegemônica se desenvolva, isto é, torne-se efetivamente hegemônica, os novos sujeitos e valores, originários do processo fabril, devem manifestar-se externamente em termos ético-políticos, reorganizando a trama privada da sociedade civil. Daí, o tema dos intelectuais surgir como estratégico na obra gramsciana, mas, como é claro, ‘seus’ intelectuais não são jacobinos nem os

⁵⁴ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 4: Temas de Cultura. Católica. Americanismo e Fordismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.247.

⁵⁵ Idem, pp.245.

⁵⁶ Idem, pp.247-248. Grifo meu.

⁵⁷ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2. Op.Cit.** pp.29.

⁵⁸ GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 4. Op.Cit.** pp.248. Grifo meu.



intelectuais do 'idealismo filosófico' com sua vocação de atuar substitutivamente às classe sociais.⁵⁹

Ao contrário do que ocorria na sociedade italiana, o conflito no industrialismo não se dá no Estado, mas sim no âmbito da fábrica. Neste novo cenário, “não cabe o intelectual jacobino, que interpela o público ‘em geral’”⁶⁰ e nem o intelectual do idealismo filosófico que atua sobre as classes sociais. O intelectual, que vivencia a identidade emergente do “homem coletivo” é o intelectual orgânico, inteiramente identificado com a classe operária. Este intelectual orgânico domina analiticamente uma situação de revolução passiva – na qual ocorrem “avanços moleculares” e modificações estruturais na correlação de forças sociais e políticas – propondo uma “arte e uma ciência política” para o portador da “antítese”.⁶¹

O advento do que Gramsci denomina como “escola unitária” é central para este projeto de transformação da sociedade que vincula o intelectual orgânico ao mundo da produção, na medida em que “significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em todos os organismos da cultura”.⁶² O princípio unitário se refletiria em todos os organismos de cultura, rompendo com a “separação existente entre a alta cultura e a vida, entre os intelectuais e o povo”. O programa de Gramsci consiste, portanto, na unificação dos vários tipos de organização cultural existentes, integrando o “trabalho acadêmico tradicional” com “atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho”.⁶³

Gramsci busca superar o dualismo existente entre teoria e prática, posto que para ele não haveria atividade humana na qual se pudesse excluir toda intervenção intelectual. O *homo faber* não pode ser separado do *homo sapiens*. Todo homem fora de sua profissão desenvolve uma atividade intelectual qualquer e “participa de uma concepção de mundo” que contribui para “suscitar novas formas de pensar”.⁶⁴ Deve-se, por conseguinte, romper com a dicotomia entre mundo das idéias e mundo do trabalho, típica das sociedades nas quais ocorre um predomínio das supra-estruturas sobre as estruturas. Não se trata do inverso, o que desembocaria em uma proposta refratária à ação dos intelectuais. Gramsci propõe uma

⁵⁹ WERNECK VIANNA, Luiz. “O ator e os fatos”. *Op.Cit.* pp.91.

⁶⁰ Idem, pp.93.

⁶¹ Idem, pp.106.

⁶² GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere – Vol. 2. Op.Cit.* pp.40.

⁶³ Idem, pp.41.

⁶⁴ Idem, pp.53.



relação dialética entre ambas, na qual a hegemonia nasce da estrutura, colada ao mundo do interesse, tendo o intelectual orgânico como um ator importante neste processo, transformando as expressões econômico-corporativas, marcadas pela heterogeneidade de valores e significados, em um *programa ético-político* para a disputa da hegemonia na sociedade.

No mundo moderno, não cabe mais o “tipo tradicional e vulgarizado” do intelectual, representado pelo literato, pelo filósofo e pelo artista. O “novo tipo de intelectual” não é mais o “funcionário das supra-estruturas”, mas aquele que está diretamente vinculado ao “homem coletivo”, emergente das estruturas. A educação técnica, estreitamente ligada ao trabalho industrial deve constituir a base do “novo tipo de intelectual”. Gramsci já vivenciara esta experiência em sua fase “conselhistas”, quando dirigira o semanário *L'Ordine Nuovo*, que buscava desenvolver certas formas de “novo intelectualismo”. O êxito desta publicação adviria justamente do fato de corresponder às “aspirações latentes” da sociedade e de ser “adequada ao desenvolvimento das formas reais de vida”.⁶⁵

Uma das questões centrais da reflexão gramsciana na prisão será, deste modo, o da criação de intelectuais orgânicos do proletariado, que devem inscrever-se na vida política como organizadores permanentes, atuando na realização de uma “reforma intelectual e moral”, condição necessária tanto para a conquista da hegemonia nas sociedades capitalistas “ocidentais” complexas, quanto na criação do “auto-governo dos produtores associados”.⁶⁶ Desempenhando sua função diretiva e organizativa, isto é, educativa, o novo tipo de intelectual rompe com a “eloquência”, com a abstração e com o idealismo filosófico dos intelectuais tradicionais. Colocando-se em interconexão, com o mundo do trabalho, o novo intelectual assume a tarefa de “persuasor permanente” na luta pela construção de uma nova hegemonia:

O modo de ser do novo intelectual não pode mais consistir na eloquência, motor exterior e momentâneo dos afetos e das paixões, mas numa inserção ativa na vida prática, como construtor, organizador, “persuasor permanente”, já que não apenas orador puro – mas superior ao espírito matemático abstrato; da técnica-trabalho, chega à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual permanece “especialista” e não se torna “dirigente” (especialista + político).⁶⁷

⁶⁵ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – Vol. 2. *Op.Cit.* pp.53.

⁶⁶ COUTINHO, Carlos Nelson, *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp.174.

⁶⁷ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere* – Vol. 2, *Op.Cit.*, pp.53.



O “novo intelectual” gramsciano é orgânico porque vinculado à classe operária e aos interesses sociais emergentes, propondo, em relação dialética com estes agentes da antítese, uma nova ciência política para a construção de uma vida estatal que emergisse do próprio tecido da sociabilidade. Assim como o partido político, ele tem a tarefa de contribuir para a superação dos resíduos corporativistas (os “momentos egoístico-passionais”) da classe operária, traduzindo seus interesses difusos em termos ético-políticos, contribuindo, desta forma, para a constituição de uma *vontade coletiva nacional-popular*, que permita a construção de uma nova hegemonia na sociedade.

Analisando contextos diferenciados de modernização, Gramsci e Tocqueville diagnosticaram em uma *chave negativa* o protagonismo desempenhado pelos intelectuais, que teriam garantido na Itália uma passagem *conservadora* ao moderno, e na França uma transição *traumática*. Nesse sentido, em permanente diálogo com o paradigma americano, ambos propõem a construção de uma nova sociedade, na qual a nova “vida estatal” emergisse de baixo, do próprio tecido da sociabilidade. Neste “mundo novo”, não mais haveria lugar para intelectuais interessados em conduzir o processo externamente, apenas ditando os caminhos a serem percorridos. Aos intelectuais, inseridos no processo de transformação, caberia a função de atuar para que seu andamento ocorresse conciliando liberdade e igualdade. Para Gramsci e Tocqueville, a expansão da *igualdade* não significa, por si só, a promoção da *liberdade*, que somente poderia ser preservada através da intervenção da arte e da ciência política de um ator.

Modernização brasileira e dimensão pública da atividade intelectual

Assim como destacado no início do artigo, o contexto da modernização brasileira – tal qual ocorrera na Itália e na França – foi marcado pelo papel de destaque desempenhado pelos intelectuais. A inteligência brasileira buscou organizar-se em diversas instituições – como o próprio aparelho de Estado, Academias e Institutos, universidades, centros de pesquisa e partidos – visando conferir *dimensão pública* à suas atividades, solidificando,



entre nós, uma *tradição* de inscrição dos intelectuais na esfera pública.⁶⁸ A construção de uma sociedade altamente excludente, marcada por altos índices de analfabetismo e pelo desprezo frente ao trabalho manual, tido como “coisa de escravo” e, conseqüentemente, por uma sobrevalorização do trabalho intelectual, permitiu a edificação da noção de que apenas alguns *seletos* seriam aptos a operar na esfera pública aqui construída, conduzindo os rumos do país.

Nesta “ilha de letrados num mar de analfabetos”, conforme expressão de José Murilo de Carvalho,⁶⁹ os intelectuais teriam exercido papel *protagônico*, constituindo-se como os principais operadores da esfera pública seletiva aqui construída, organizando o debate público e instituindo o campo semântico em que ele se deu, selecionando os temas prioritários frente aos secundários e constituindo interlocutores legítimos. Dessa forma, o *pensar*, encarado como uma atividade de eleitos, desconfiado da empiria brasileira e enclausurado nas instituições da esfera pública seletiva, não se conectou com a vida popular, interditando a emergência de discursos contra-hegemônicos, bem como determinadas formas de agir, que pudessem ter permitido a descontinuidade na nossa história, assegurando um andamento excessivamente distendido do tempo à nossa democratização política e social, em um processo semelhante àquele ocorrido na Itália, como analisado por Gramsci.

Após a transmigração da família real para o Brasil, em 1808, e com o processo de transformação desencadeado desde então, os intelectuais assumirão posição de destaque na esfera pública, ampliando sobremaneira sua influência nas decisões sobre os rumos do país. Conforme destaca Maria Alice Rezende de Carvalho, ao definir como interesse público a produção das ciências e das artes no Brasil e a organização dos intelectuais como elemento constitutivo do seu poder, a monarquia brasileira acabou por conferir dimensão pública à atividade intelectual.⁷⁰ A razão nacional mobilizada na esfera pública pelos intelectuais ligados ao regime imperial, reelaboração oitocentista da concepção ibérica da prevalência do Estado sobre a massa amorfa dos indivíduos, justificava a construção de um projeto político

⁶⁸ Para uma discussão mais ampla do argumento que será sustentado nas páginas que se seguem, ver: CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.65, p. 17-31, 2007 e PERLATTO, Fernando. **A interpretação como exercício normativo: intelectuais, subalternos e a esfera pública brasileira**. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.

⁶⁹ CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

⁷⁰ CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *Op.Cit.*



que conduziu à edificação do Estado nacional, sem sobressaltos e mediante a manutenção dos pilares daquela ordem, com destaque para a escravidão.⁷¹ As Academias e Institutos, muitos dos quais organizados diretamente pelo Estado, se constituíram, no decorrer do período imperial, como os principais espaços de animação intelectual e de construção de ideologias profissionais, ainda que para um setor restrito da sociedade.⁷²

No contexto da crise do sistema imperial e escravista, contudo, a esfera pública se abriu gradativamente, se tornando cada vez mais permeável a outros segmentos da sociedade, inclusive a intelectuais críticos à ordem imperial. A politização das camadas urbanas e o aumento, ainda que muito restrito do público leitor, neste período, contribuíram para a expansão dos jornais e revistas, que ampliaram as opções de trabalho intelectual.⁷³ Novas instituições surgidas nesse contexto favoreceram a ampliação do debate público, ao possibilitarem novas formas de inscrição pública dos intelectuais, com destaque para os centros de ensino nacionais – como os museus etnográficos, as faculdades de direito e medicina, e os institutos históricos e geográficos –, os clubes radicais e as sociedades científicas e literárias, que se consolidaram em muitos casos – como evidencia a “geração intelectual de 1870” – como centros de aglutinação não partidária de discussão de questões nacionais, fornecendo uma das bases organizacionais para as principais campanhas a favor da abolição e da república.⁷⁴

A intensa dinâmica de transformações desencadeadas no final do século XIX e início do período republicano, relacionadas à ampliação relativa dos públicos, ao desenvolvimento da indústria editorial e a mudanças no mercado de trabalho intelectual, lograrão permitir aos intelectuais uma atuação para além das esferas estatais, favorecendo, dessa forma, inclusive, a ampliação da produção de obras marcadas pelo inconformismo.⁷⁵ Durante a primeira

⁷¹ CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional”. In: _____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte, UFMG, 1998, pp. 35-64.

⁷² O Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) – o mais importante do gênero neste período – se constituiu como *locus* importante de reunião da intelectualidade brasileira, além de reunir a nata da política imperial, tendo suas reuniões frequentadas, a partir dos anos 1840, por Dom Pedro II, evidenciando o caráter desta instituição, que atuará significativamente na construção de uma memória oficial do país. Ver: SCHWARCZ, Lilia Moritz, “Os Institutos Históricos e Geográficos: guardiões da História oficial”. In: _____. **O espetáculo das raças**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

⁷³ VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

⁷⁴ ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002, pp.282.

⁷⁵ CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1985.



República, no intuito de modernizar rapidamente o país, os intelectuais voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a única tábua de salvação capaz de abrir caminho para a construção de um novo mundo. O engajamento tornou-se a condição ética do homem de letras da *Belle Époque*, que tendia a se considerar não só o agente das transformações em curso na sociedade, mas como própria condição precípua para seu desencadeamento e realização. No decorrer da Primeira República, e muitos escritores fizeram de suas obras, sobretudo literárias, instrumentos de pressão e de transformação social e política.⁷⁶

Entre os anos 1920 a 1940, houve uma grande politização de setores importantes da intelectualidade brasileira, expressando a conversão dos mesmos à ação política. O regime Vargas constituirá o domínio da cultura como um “negócio oficial”, o que implicará em um orçamento próprio e na intervenção em todos os setores de produção, difusão e conservação do trabalho intelectual e artístico.⁷⁷ Nesse sentido, como *intelligentsia*, determinado estrato da intelectualidade – como o evidenciam os nomes de Azevedo Amaral, Francisco Campos e Oliveira Vianna – será chamado para o interior do Estado, no sentido da elevação do Brasil à categoria de moderno, mobilizando para tanto a temática da nacionalidade.⁷⁸ A *tradição* de inscrição dos intelectuais na esfera pública será retomada, de forma semelhante àquela do Império, com setores importantes da intelectualidade sendo mobilizados para dentro do aparelho estatal, formulando interpretações, elaborando projetos e apontando perspectivas e caminhos para o futuro do país

Nos anos 1950 e 1960, a intelectualidade brasileira reafirmou a tradição da dimensão pública de sua atividade e foi ao encontro dos interesses da sociedade. Este contexto testemunhou a consolidação da aliança entre setores intelectualizados e classes subalternas, envolvendo também segmentos do empresariado nacional e da burocracia estatal, tendo como pano de fundo um programa político de caráter nacional-popular, que acabou por

⁷⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

⁷⁷ MICELI, Sergio. **Intelectuais a brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

⁷⁸ O Ministério da Educação, entre 1934 e 1945, sob a chefia de Gustavo Capanema, talvez seja um dos principais exemplos desta estreita relação estabelecida entre a *tradição* de protagonismo dos intelectuais na esfera pública e a relação deles com a vida política. Capanema mobilizou em torno de si intelectuais como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Anísio Teixeira e Villa-Lobos, com o intuito de desenvolver um projeto de reformas no campo educacional e cultural. Dessa forma, *pari passu* à ampliação da repressão e controle sobre aqueles setores da intelectualidade que se colocaram contra o regime varguista, sobretudo mediante a atuação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), criado em 1939, ocorreu um forte e intenso processo de absorção de parcela significativa da intelectualidade para o interior do aparelho estatal. Ver: SCHWARTZMAN, Simon *et alli.* **Tempos de Capanema.** São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Paz e Terra, 1984.



resultar numa das fases mais criativas da cultura brasileira, representada por nomes como Jorge Andrade, Plínio Marcos, Vianinha, Guarnieri, Dias Gomes, Antonio Callado, Augusto Boal, e movimentos como o Arena, o Oficina, o Opinião e o Cinema Novo. Instituições como o Centro Popular de Cultura Brasileira (CPC-UNE), o Movimento de Cultura Popular (MPC), incentivado por Paulo Freire, o Movimento de Educação de Base (MEB) e o Comando dos Trabalhadores Intelectuais (CTI), bem como o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), a despeito das diferenças, representam um movimento intelectual da nossa *tradição* que buscou construir uma ideologia nacional-desenvolvimentista que, identificada com os anseios, desejos e potencialidades populares, elevando-os a propósitos ético-morais, seria capaz de promover a aceleração da democratização política e social da esfera pública brasileira.

O golpe militar de 1964 representou um grande baque no processo de articulação entre intelectualidade e setores subalternos e na democratização então em curso na sociedade. Contudo, embora autoritária e repressora – sobretudo entre os anos 1969 e 1975 –, a ditadura militar investiu pesadamente na ciência e acabou por estimular o investimento nas universidades públicas, tendo conseqüências diretas sobre as Ciências Sociais, que terão enorme desenvolvimento neste período. Conforme destaca Daniel Pécaut, um regime que tinha a pretensão de enfatizar o desenvolvimento econômico e a segurança nacional, não poderia se desinteressar da política científica.⁷⁹ Além das instituições públicas, houve, nos anos 1960 e 1970, a criação de vários institutos particulares destinados aos estudos sociológicos e políticos, como o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), e o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), que contavam com o apoio de fontes diversas, como a Fundação Ford e a fundação Cândido Mendes. Esse período será marcado pela profissionalização e institucionalização crescente das ciências sociais, caracterizada pela grande preocupação com a cientificidade e a pesquisa empírica.⁸⁰

Apesar da perseguição política sobre vários intelectuais – alguns serão obrigados a aposentar, outros serão torturados ou forçados a ir para o exílio – e suas instituições – ocorrerá o fechamento dos principais institutos democráticos de organização cultural dos

www.veredasdahistoria.com

⁷⁹ PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.

⁸⁰ FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento.** Petrópolis: Vozes, 1980.



anos 1950 e 1960, como os CPCs e o ISEB – haverá uma crescente expansão da produção nas ciências sociais, versando sobre diversos assuntos, como autoritarismo, dependência e modernização. Esses intelectuais valer-se-ão da legitimidade proporcionada pela profissionalização para criticar as posturas do regime militar – valendo-se de espaços como a *Revista da Civilização Brasileira* e o jornal *Opinião* – junto com setores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e outras entidades, como a Organização dos Advogados do Brasil (OAB), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e a Associação Brasileira de Imprensa (ABI). Em torno destas instituições, se constituirá uma espécie de “partido” difuso, comprometido com a democratização e com forte tendência oposicionista ao regime militar.⁸¹ A defesa de seus interesses materiais, as estratégias profissionais e a luta pela liberdade tornar-se-ão aspectos da mesma lógica para esta *intelligentsia*.⁸²

Os intelectuais passaram a atuar neste momento como um grupo articulado de oposição, com maior gravitação e definições sobre inúmeros temas cujo alcance transcendia o âmbito das demandas corporativas, influenciado decisivamente na disputa sobre qual modelo de modernidade seria seguido pelo país.⁸³ Diante deste quadro, abriram-se novas possibilidades de inserção dos intelectuais na vida pública, confirmando os traços de sua identidade mannheimiana, atuando no plano da defesa das liberdades civis e públicas e agenciando recursos para suas linhas de pesquisa, através de parcerias com o governo, fundações estrangeiras e, eventualmente, com a sociedade civil.⁸⁴

Para Eli Diniz, os anos que testemunharam o processo de redemocratização no Brasil caracterizaram-se por uma crise de *refundação* da sociedade brasileira. Nessa conjuntura, o imperativo de ruptura com o passado veio à tona, radicalizando a agenda de mudanças.⁸⁵ Conforme destaca Fernando Henrique Cardoso, “depois de anos de crítica ao autoritarismo, à exclusão social e à exploração econômica da maioria da população, os textos dos cientistas

⁸¹ LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. In *Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth*, v.8, n.14/15, p. 53-95, 2001.

⁸² PÉCAULT, Daniel. *Op.Cit.*

⁸³ GARCIA, Marco Aurélio. “Os intelectuais e os partidos de esquerda”. In: SOARES, M. S. Arrosa (org.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

⁸⁴ WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

⁸⁵ DINIZ, Eli, **Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999, pp.12.



sociais começam a falar do novo”.⁸⁶ A questão não era mais a *resistência*, mas a disputa pelo *novo*, mesmo que este novo viesse muitas vezes imbricado pelo antigo e mesmo que não houvesse um consenso claro sobre o que representaria esse novo. Não obstante isso, fato é que a década de 1980 testemunhou um engajamento significativo de diversos setores da intelectualidade, que reinventaram a nossa *tradição* de inscrição dos intelectuais na esfera pública.

Nos últimos anos, diversas transformações se processaram e vêm se processando na sociedade brasileira, exercendo influência direta sobre o papel dos intelectuais, colocando-os diante de novas perspectivas e enfrentamentos, tendo conseqüências diretas sobre as alternativas existentes inserção dos mesmos na esfera pública. O fim da União Soviética, a crítica ao marxismo e ao socialismo, a idéia do fim da História, a intensificação do processo da institucionalização acadêmica, assim como o recrudescimento da esfera pública diante da investida da sociedade midiática colocaram e ainda colocam a *intelligentsia* frente a vários dilemas.

O processo de *institucionalização acadêmica*, intensificado nos últimos anos, teve conseqüências diretas sobre a inscrição social e a dimensão pública da atividade intelectual. De acordo com Maria Alice Rezende de Carvalho,⁸⁷ a universidade foi o principal *lôcus* de organização dos intelectuais ao longo da segunda metade do século XX, principalmente em suas três últimas décadas. Porém, no decorrer dos anos 1990, a universidade viu-se em uma encruzilhada no que se refere à sua destinação enquanto agência de inscrição dos intelectuais na esfera pública brasileira, sobretudo em decorrência da pressão das agências financiadoras sobre a produção acadêmica, que tem imprimido à sua dinâmica uma lógica de mercado, que tende a desestruturar a vocação pública da universidade, enquanto *lôcus* de publicização da atividade intelectual.

Paralelamente a esses processos, vale ressaltar que o alargamento do espaço privado sob os imperativos do mercado tem levado o intelectual a afastar-se cada vez mais da esfera pública. Conforme destaca Habermas, na nossa *sociedade midiática* ocorre uma nova mudança estrutural da esfera pública, que provoca transformações fundamentais na figura

⁸⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. “Introdução (quase um prefácio)”. In: SORJ, Bernardo e ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.), **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

⁸⁷ CARVALHO, Maria Alice. *Op.Cit.*



clássica do intelectual.⁸⁸ A sociedade midiática opera no sentido de uniformizar o tempo da produção do conhecimento, o que acaba por restringir e limitar a capacidade de reflexão por parte da intelectualidade. A mídia passa a definir os sujeitos que irão atuar e participar das discussões públicas, pelo fato de possuir o poder de agendamento para definir os debates de interesse público. Assim como destacado por Francisco de Oliveira, “quem perde com a redução do espaço público é a *polis*; é exatamente a política que perde, pois a *polis* é o lugar da interlocução”.⁸⁹ O desenvolvimento de uma subjetividade antipública – que se constrói à medida que a informação torna-se um simulacro do conhecimento – tem claras conseqüências sobre a vocação pública da atividade intelectual.

Conclusão

A atividade intelectual no Brasil assumiu, portanto, desde o século XIX uma *tradição* de inscrição pública, caracterizando-se como um dos principais aspectos da modernização brasileira. Assim como nos contextos da modernização italiana e francesa – analisados, respectivamente, por Gramsci e Tocqueville –, a *intelligentsia* buscou se colocar como protagonista no processo de mudança, ainda que o caso brasileiro tenha se assemelhado mais ao paradigma italiano, com o predomínio do andamento *conservador*.

Fato é, entretanto, que Brasil, França e Itália testemunharam processos nos quais a intelectualidade buscou se anteciper aos fatos e imprimir o ritmo dos processos de modernização. Compreender esta dimensão pública e este protagonismo assumido pela *intelligentsia* ajuda-nos a pensar, ainda que de maneira normativa, como fizeram Gramsci e Tocqueville, acerca do papel a ser desempenhado pela intelectualidade para o avanço da democracia política e social. Refletir sobre esta *tradição* é fundamental, não para imitá-la ou destruí-la, mas sim para reinventá-la de maneira criativa, de modo a contribuir para que no andamento da nossa modernização o pólo da *transformação* se imponha sobre aquele da *conservação*.

⁸⁸ HABERMAS, Jürgen. “O caos da esfera pública”. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 13ago. 2006. Caderno “Mais”, pp.4-5.

⁸⁹ OLIVEIRA, Francisco, “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.18, 2001, pp.128.



Referência Bibliográfica

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento: a geração de 1870 na crise do Brasil-Império**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BENDA, Julien. **A Traição dos Intelectuais**. São Paulo: Editora Peixoto Neto, 2007.

BRANDÃO, Gildo Marçal. **Linhagens do pensamento político brasileiro**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007.

BUCI-GLUCKSMANN, Christinne. **Gramsci e o Estado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

BURKE, Edmund. **Reflexões sobre a Revolução em França**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

CANDIDO, Antonio. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. São Paulo: Nacional, 1985.

CARDOSO, Fernando Henrique. "Introdução (quase um prefácio)". In: SORJ, Bernardo e

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de (orgs.), **Sociedade e política no Brasil pós-64**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **A Construção da Ordem: a elite política imperial; Teatro das Sombras: a política imperial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, Relume-Dumará, 1996.

_____. "Escravidão e razão nacional". In: _____. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte, UFMG, 1998, pp. 35-64.



CARVALHO, Maria Alice Rezende de. “Temas sobre a organização dos intelectuais”. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.22, n.65, p. 17-31, 2007.

CEASER, James. “Alexis de Tocqueville on Political Science, Political Culture, and the Role of the Intellectual”. In: **The American Political Science Review**, v.79, n.3, pp.656-672, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DINIZ, Eli, **Crise, reforma do Estado e governabilidade: Brasil, 1985-95**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FERNANDES, Florestan. **A Sociologia no Brasil. Contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 1980.

FURET, François, “Le système conceptuel de *De la démocratie en Amérique*”. In: _____, **L'Atelier de l'Histoire**. Paris: Flammarion, 1982.

_____. **Marx e a Revolução Francesa**. Rio de Janeiro, Zahar, 1989.

_____. **A Revolução em debate**. Bauru, SP: Edusc, 2001

GARCIA, Marco Aurélio. “Os intelectuais e os partidos de esquerda”. In: SOARES, M. S. Arrosa (org.). **Os intelectuais nos processos políticos da América Latina**. Porto Alegre: UFRGS, 1985.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere – Vol. 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.



_____. **Cadernos do Cárcere. Vol. 6. Literatura. Folclores. Gramática.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 2: Os Intelectuais. O Princípio Educativo. Jornalismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Cadernos do Cárcere – Vol. 4: Temas de Cultura. Católica. Americanismo e Fordismo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HABERMAS, Jürgen. “O caos da esfera pública”. **Folha de São Paulo.** São Paulo, 13ago. 2006. Caderno "Mais", pp.4-5.

HEGEL, G.W.F. **Princípios da Filosofia do Direito.** São Paulo: Martins Fontes, 1976.

HOBSBAWM, Eric. **Ecos da Marselhesa: dois séculos revêem a Revolução Francesa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

JASMIN, Marcelo. **Alexis de Tocqueville: a historiografia como ciência política.** 2ª ed. Belo Horizonte: Editora da UFMG, IUPERJ, 2005.

LAHUERTA, Milton. “Intelectuais e resistência democrática: vida acadêmica, marxismo e política no Brasil”. In: **Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth**, v.8, n.14/15, p. 53-95, 2001.

MICELI, Sergio. **Intelectuais a brasileira.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

OLIVEIRA, Francisco, “Intelectuais, conhecimento e espaço público”. In: *Revista Brasileira de Educação*, v.18, 2001, pp.125-132.

PÉCAULT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil. Entre o povo e a nação.** São Paulo: Ática, 1990.



PERLATTO, Fernando. **A interpretação como exercício normativo: intelectuais, subalternos e a esfera pública brasileira.** Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 2009.

RAMA, Angel, **A cidade das letras.** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SCHWARCZ, Lilia Moritz, “Os Institutos Históricos e Geográficos: guardiões da História oficial”. In: _____. **O espetáculo das raças.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SCHWARTZMAN, Simon *et alli.* **Tempos de Capanema.** São Paulo; Rio de Janeiro: EDUSP; Paz e Terra, 1984.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão. Tensões sociais e criação cultural na Primeira República.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

TOCQUEVILLE, A. de. **A Democracia na América.** Belo Horizonte / São Paulo: Ed. Itatiaia / Ed. USP, 1977.

_____. **O Antigo Regime e a Revolução.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: historia cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

WERNECK VIANNA, Luiz. **A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WINOCK, Michel. **O século dos intelectuais.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.